

## O ENSINO DAS PRIMEIRAS LETRAS NO CONCELHO DE TONDELA (1772-1910)

ANTÓNIO MANUEL MATOSO MARTINHO

Até à reforma pombalina dos estudos menores (1772) o Estado não teve papel decisivo no ensino das primeiras letras, estando as “escolas de ler e escrever e contar” a cargo das Câmaras, da Igreja, das Congregações Religiosas e até, dos próprios pais das crianças.

Com os Descobrimentos saber ler e escrever tornou-se uma necessidade não só da classe dos mercadores que, então, se desenvolvia e prosperava, como do próprio aparelho de Estado que continuamente se dilatava com a criação de novos cargos públicos. Esta situação pode-se constatar nas declarações dos procuradores dos concelhos, nas Cortes de Leiria-Santarém (1413), em que se queixaram da deficiente preparação literária dos magistrados locais por o “ofício de Julgar ser posto em pessoas que de todo são ignorantes que não sabem ler nem escrever nem conhecem letras”<sup>1</sup>.

Dentro do espírito das decisões tomadas no Concílio de Trento (1545-1563) recomendava-se a criação, a nível paroquial, de escolas menores sendo posta a ênfase na necessidade de formação da juventude competindo, assim, aos próprios padres o ensino de ler e escrever na falta de mestres laicos.

As *Constituições* do Bispado de Viseu (1617) continham um capítulo intitulado *Dos mestres, que ensinam meninos, que lhes ensinam a Santa Fé Católica, oração e bons costumes*, com o objectivo de instruir os alunos de acordo com os seus preceitos, determinando aos mestres que o ensino da Religião fosse feito juntamente com os rudimentos da leitura e da escrita.

Recomendavam, ainda, as *Constituições* que a aprendizagem da leitura não se realizasse por meio de “feitos, em que se contenham casos crimes, e se trate de homicídios, adultérios, furtos e perjúrios, e outros casos feios, com cuja lição os moços se podem inclinar a semelhantes males”, acrescentando que a mesma atitude se deveria manter em relação à aprendizagem da escrita.

---

<sup>1</sup> Francisco Contente Domingues e Luís Filipe Barreto (org.), *A abertura do mundo. Estudos de história dos descobrimentos europeus. Em homenagem a Luís de Albuquerque*, vol. I, Editorial Presença, Lisboa, 1986, pág. 55.

As *Constituições* proibiam, ainda, que todos os Mestres começassem a ensinar sem licença do Bispo e sem terem feito a profissão de Fé perante ele, para obtenção de uma licença escrita, uma vez que nas escolas públicas e particulares se ensinava também a Doutrina Cristã. Em caso de desobediência seriam multados em 2000 réis para obras da Sé e para os meirinhos<sup>2</sup>.

Posteriormente, as *Ordenações Filipinas* definiram como uma das atribuições dos corregedores das Comarcas vigiar os tabeliães “achando que algum por seu mau ler e escrever, ou outra inabilidade, não é suficiente para servir o tal Ofício, o suspenda dele”.<sup>3</sup>

Até ao século XVIII as *Leis Fundamentais do Reino* não incluíram quaisquer medidas referentes à Instrução Pública, embora, nos estudos dos Professores Rogério Fernandes, António Nóvoa e António Hespanha se encontrem referências a mestres de leitura e escrita em todo o Reino, relativamente aos séculos XV, XVI e XVII.<sup>4</sup>

Foi com o Marquês de Pombal, por diploma de 6 de Novembro de 1772<sup>5</sup>, que surgiu a primeira legislação que determinou a abertura e a entrada em funcionamento, nas cidades e vilas do Reino, de 479 escolas oficiais, incluindo 15 mestres para as Ilhas, 17 para o Brasil, 4 para África e 3 para a Ásia, entregues a professores devidamente habilitados que, nas palavras de Coelho da Rocha, visava colocar a

---

<sup>2</sup> Dom João Manuel, *Constituições sinodais do bispado de Viseu*, Nicolau Carvalho, Impressor da Universidade, Livro I, Tit. I, Constituição V, Coimbra, 1617.

<sup>3</sup> *Ordenações Filipinas*, Tit. LVIII, § 3.

<sup>4</sup> Rogério Fernandes, “O ensino elementar e suas técnicas no Portugal de quinhentos”, in Francisco Contente Domingues e Luís Filipe Barreto (org.), *A abertura do mundo. Estudos de história dos descobrimentos europeus. Em homenagem a Luís de Albuquerque*, vol. I, Editorial Presença, Lisboa, 1986, António Nóvoa, *Le temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe – XXe siècles)*, vol. I, INIC, Lisboa, 1987, págs. 99-116; António Hespanha, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*, vol. I, Lisboa, 1986, pág. 381.

<sup>5</sup> *Colecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações, redigidas pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação desde 1763 a 1774*, Tipografia Maignense, Lisboa, 1829, págs. 612-615.

No dizer do Professor Ferreira Gomes “a atribuição da “criação” do ensino primário ao Marquês de Pombal não deve ser tomada num sentido estrito, mas apenas na medida em que foi ele quem, pela primeira vez na nossa história planeou uma rede de escolas primárias públicas que, de certa maneira, faria a cobertura das principais povoações do País. (...). O Marquês propunha-se criar as condições para que, como se lê no *Preâmbulo* do diploma o *benefício da instrução se estendesse ao maior número de povos e de habitantes deles, que a possibilidade pudesse permitir*. (...)”. Esta frase “marca os limites das intenções do Marquês que, de modo algum, queria estender os limites a todos”, in Joaquim Ferreira Gomes, *Novos estudos de História da Educação*, Editora Quarteto, Coimbra, 2001, pág. 43, nota 11.

instrução pública “ao alcance de todas as classes do povo, e libertá-la da tendência religiosa, que até aí quase exclusivamente a descriminara, comunicando-lhe um novo espírito social e produtor”<sup>6</sup> ou, como escreveu Emygdio da Silva, “abrir as portas da instrução popular, fechadas pelo jesuitismo àqueles que, durante séculos, haviam sido condenados às trevas da ignorância e da superstição”<sup>7</sup>.

Com este diploma criou-se, nas palavras, de D. António da Costa, a “instrução popular”<sup>8</sup>.

No mapa das escolas criadas pela legislação pombalina constatamos que, ao actual concelho de Tondela, foram concedidas quatro escolas menores com 2 mestres de ler, escrever e contar e 2 professores de gramática latina, ficando um mestre e um professor em Tondela e os outros em São Miguel do Outeiro<sup>9</sup>.

Em 1794 possuíam escolas as localidades de Besteiros, Canas de Sabugosa, concelho de Silves, Sabugosa, S. João do Monte, S. Miguel de Outeiro e Tondela sendo mestres régios de ler, escrever e contar: o presbítero Julio Lopes de Matos, mestre substituto em Besteiros de 10 de Junho de 1780 a 31 de Dezembro de 1783; António Ferreira de Santiago de Barros, mestre em Canas de Sabugosa, de 24 de Fevereiro de 1780 a 31 de Dezembro do mesmo ano e mestre em Tondela de 1 de Janeiro de 1781 a 31 de Dezembro de 1794, tendo-se demitido do lugar; Francisco Pereira de Figueiredo, mestre substituto em Canas de Sabugosa de 20 de Dezembro de 1779 a 23 de Fevereiro de 1780, posteriormente colocado no concelho do Barreiro (Viseu), tendo regressado a Canas de Sabugosa a 9 de Outubro de 1780; António Pinheiro da Silva, mestre substituto em Sabugosa de 12 de

---

<sup>6</sup> Coelho da Rocha, *Ensaio sobre a história do governo e legislação de Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1841, pág. 228.

<sup>7</sup> Emygdio da Silva, *O Marquez de Pombal. Lance d'olhos sobre a sua sciencia, politica, e administração; ideias liberaes que o dominavam; plano e primeiras tentativas democraticas*, Antiga Casa Bertrand-José Bastos, Lisboa, 1905, pág. 36.

<sup>8</sup> D. António da Costa, “Reformas do Marquez de Pombal”, in *O Instituto*, 2.ª série, vol. 29, 1881-1882, pág. 588.

<sup>9</sup> Áurea Adão, *Estado absoluto e ensino das primeiras letras – Escolas Régias (1772-1794)*, Fundação C. Gulbenkian, Lisboa, 1997; Joaquim Ferreira Gomes, *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*, Livraria Almedina, Coimbra, 1980, pág. 7-23 e *Novos estudos de História da Educação*, Quarteto Editora, Coimbra, 2001; António Manuel Matoso Martinho e Carlos Figueiredo Lunet, “O ensino primário no Concelho de Tondela (1850-1910)”, in *Revista Educação e Tecnologia*, Inst. Politécnico da Guarda, vol. XIX, Guarda, 1997, pág. 19; Carlos Figueiredo Lunet, “O Ensino primário no Concelho de Tondela”, in *Revista Etc., Educação e Cidadania*, Escola Secundária de Tondela, n.º 5, Dezembro, Tondela, 2000, págs. 19-25.

Fevereiro de 1780 a 31 de Dezembro de 1792 e em São Miguel de Outeiro de 1 de Janeiro de 1793 a 31 de Dezembro de 1795.

Em São Miguel de Outeiro foram, ainda, mestres de ler, escrever e contar João Moreira Correia da Silva falecido nos finais de 1792 e António Cardoso Gonzaga de 15 de Março de 1780 a 31 de Dezembro de 1788, altura em que foi suspenso das suas funções.

Foram igualmente nomeados mestres, em 16 de Agosto de 1779, não chegando a exercer as suas funções, João Mesquita Loureiro e Cunha para São João do Monte; José Rodrigues de Figueiredo para Besteiros e Luís José Pinheiro para Tondela<sup>10</sup>.

Na Provedoria de Viseu, no período de 1800-1807, nas localidades que hoje constituem o Concelho de Tondela, encontram-se referenciadas as seguintes escolas régias masculinas: Besteiros, Canas de Sabugosa, concelho de Silvares, S. Miguel do Outeiro, Sabugosa, São João do Monte e Tondela<sup>11</sup>.

Em 1818 a Câmara do concelho do Guardão solicita a criação de uma cadeira de Primeiras Letras uma vez que “se faz nelle indispensável, por ser populoso, estar situado na Serra do Caramulo, e não poder aproveitar o Ensino das Cadeiras vizinhas, assim pela distância, como porque a aspereza da Serra faz os caminhos diffícultosos a quem por elles tranzitar”.

A Junta procedeu a averiguações e “veio no conhecimento de que os povos que compoem o Conselho de Guardão, habitão a Serra do Caramulo, conhecida por sua elevação, aspereza e frialdade; estão situadas na face da Serra virada para o Nascente; e chegão ao numero de 250 Fogos, os quais contem 500 pessoas de Sacramento, e cento e oito Meninos de idade menor, e propria para o ensino” (...). Não tem o Conselho Mestre algum Publico; as cadeiras mais vizinhas são as duas de S. João do Monte, e a de Villa d’El Rei no Valle de Besteiros, ambas distantes duas legoas de Goardão (...). O sitio não convida habitantes de fóra, que vão estabelecer-se em tão desabrido Paiz, cujos conhecimentos se difundão entre os naturaes da Terra, pela communicação com estes: nem os mesmos tambem, tanto pelas diffículdade das escabrozas sahidas, que tem da sua Serra, como pela necessidade de se occuparem incessantemente na cultura do terreno della, único recurso da sua subsistencia, tem muito commercio com os Povos vizinhos situados em mais feliz domicilio, para por elle

---

<sup>10</sup> Áurea Adão, *Estado absoluto e ensino das primeiras letras – Escolas Régias (1772-1794)*, Fundação C. Gulbenkian, Lisboa, 1997.

<sup>11</sup> Rogério Fernandes, *Os caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e ensino das primeiras letras*, Porto Editora, Porto, 1994, págs. 630-631.

adquirirem o necessario grau de civilização. E por isso he mais do que verdadeira a ignorancia, que allegão; e há de padecer de certo difficuldades o Serviço da Religião, e de Vossa Magestade em consequencia da mesma (...). E pelos mesmos motivos se faz crível tambem a pobreza, que affirmão, para não poderem sustentar seus filhos fora de casa a receber Educação Literária (...).”

Deste modo, a Junta emitiu parecer favorável à criação da cadeira no Concelho, em 20 de Outubro de 1818<sup>12</sup>.

Apesar dos esforços pombalinos, só a partir de 1820, se assistiu, em matéria de legislação, a uma alteração nos objectivos da educação. A Revolução Liberal de 1820 criou condições políticas favoráveis aos progressos da instrução pública. As Cortes Constituintes proclamaram a garantia da instrução elementar generalizada e defendiam a habilitação literária correlativa como condição do exercício do sufrágio. A falta de estabilidade política, porém, não permitiu que este projecto se concretizasse.

Por Decreto de 28 de Junho de 1821<sup>13</sup> foi instituída a liberdade de ensino, criaram-se escolas e melhorou-se a situação profissional dos professores – foram criadas, em poucos meses, no País, 59 escolas de aprender a ler.

Em 1823, com o regresso do Absolutismo e suspensa a Constituição de 1822, muitas destas escolas foram encerradas e só, em 1834, com o triunfo do Liberalismo, se deu o arranque, embora lento, no processo de ampliação do ensino primário. A obrigatoriedade da frequência escolar foi estabelecida desde 1835 e essa garantia de instrução a todos os cidadãos, que o Liberalismo defendia, era necessária ao funcionamento de uma democracia. Para que o Estado democratizasse, a sociedade tinha de ser um Estado pedagogo, segundo o modelo francês, de um ensino público, laico e gratuito<sup>14</sup>.

Na generalidade, o ensino primário era constituído por três anos de frequência obrigatória e mais um ano de voluntariado. Assim, se, em 1835, com Rodrigo da Fonseca e em 1836, com Passos Manuel, o ensino primário era constituído por um só grau, em 1844, com Costa Cabral e em 1878, com Rodrigues Sampaio, a obrigatoriedade de

---

<sup>12</sup> Rogério Fernandes, *ob. cit.*, pág. 681.

<sup>13</sup> *Sinopse ou índices cronológico e alfabético da legislação relativa à instrução pública*, Coimbra, 1848.

<sup>14</sup> Sobre esta temática ver Luis Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Paisagem Editora, Porto, págs. 7-17 e 31; Joaquim Ferreira Gomes “O direito à educação nas Constituições Portuguesas” e “A introdução e o prolongamento da obrigatoriedade escolar em Portugal”, in *Novos estudos de História e de Pedagogia*, Livraria Almedina, Coimbra, 1986, págs. 97-154.

frequência era dos 7 aos 15 anos de idade e a instrução, dividida em dois graus. No 1º grau aprendia-se a ler escrever e contar, princípios gerais de moral, doutrina cristã e civilidade, exercícios gramaticais e princípios de geografia e história portuguesa, enquanto no 2º grau, para além de completarem-se os estudos já iniciados, aprendia-se gramática portuguesa, desenho linear, geografia e história geral, história sagrada do Antigo e Novo Testamento, aritmética e geometria com aplicação à indústria e escrituração. As escolas do 2º grau situavam-se nas povoações industriais e comerciais<sup>15</sup>. Este programa de estudos foi sofrendo alterações ao longo dos anos com os sucessivos e diferentes governos liberais.

O Conselho Superior de Instrução Pública, no seu *Relatório* de 1847-1848, constata a necessidade de aumentar o número de escolas mas, a falta de professores, formados em escolas normais, dificultava tal desejo. Assim, outras escolas havia, de graduação inferior, acomodadas às necessidades locais que podiam e deviam ser criadas, por interesse público, uma vez que havia mestres convenientemente habilitados. Seriam as escolas de freguesias rurais que se limitavam ao ensino de ler, escrever e contar e princípios de religião<sup>16</sup>. Como a instrução popular é digna de todos os sacrifícios, “é a base da organização da sociedade moderna e a origem real da força dos governos”, fazendo intervir na sua criação “os rendimentos municipais e, confiando o ensino delas aos párocos rurais”, podia-se, sem agravamento notável do tesouro, alcançar o desejado fim – combater o atraso em que se acha a instrução primária no país.<sup>17</sup>

É entre 1850 e 1910 que, no Concelho, se verifica um crescente interesse pela instrução pública com o consequente aumento do número de escolas primárias ou de salas de aula, quer a pedido das juntas de paróquia, quer do subinspector do círculo escolar, quer ainda das próprias populações. No entanto, os orçamentos do município nem sempre deixam transparecer este interesse, embora o de 1906, em virtude da realização em Tondela de uma exposição pedagógica, reflecta o interesse por esta questão.

---

<sup>15</sup> Na acta da sessão da Câmara Municipal de Tondela, de 9 de Março de 1867, pode ler-se que “O Exmo. Governador Civil lembrou a conveniência de se estabelecer na capital deste concelho uma aula de Latim, reunindo o ensino de Francês e de princípios gerais de Administração Pública e de Economia Rural (...)”, Arquivo da Universidade de Coimbra, *Actas das Sessões* da Câmara Municipal de Tondela, Livro 6 (1867-1872).

<sup>16</sup> Joaquim Ferreira Gomes, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*, INIC, Lisboa, 1985, pág. 63.

<sup>17</sup> *Idem*, pág. 63.

Nesse ano (1906), o orçamento para as despesas com a instrução pública foi de 13.611.700 réis, o que equivalia à soma dos aprovados pelas Câmaras de Santa Comba Dão, Mortágua, Nelas e Carregal, no total de 15.258.700 réis<sup>18</sup>. As verbas destinadas a despesas com a instrução primária rondavam os 10 a 15% do total do orçamento da Câmara e eram distribuídas do seguinte modo:

- renda das casas das escolas e habitação de professores (cerca de 43%);
- obras e reparação nos edifícios escolares (cerca de 8%);
- prémios de seguros contra o risco de incêndios (cerca de 1%);
- mobiliário escolar e material de ensino (cerca de 19%);
- expediente e limpeza das escolas (cerca de 19%);
- impressos e livros para escrituração escolar (cerca de 7%);
- prémios a professores (cerca de 1%);
- subsídios aos alunos pobres (cerca de 2%)<sup>19</sup>.

As dificuldades orçamentais são detectáveis nas recusas da Câmara Municipal em conceder subsídios pecuniários às escolas primárias, em pagar as gratificações legais, nos termos do Decreto de 20 de Setembro de 1844, por aumentarem as despesas orçamentais, bem como nos atrasos de pagamento a professores e proprietários das casas arrendadas para as escolas poderem funcionar, quer ainda, nas dificuldades em satisfazer as necessidades das escolas em equipamento e material escolar<sup>20</sup>.

No período de 1850 a 1910 é possível identificar um total de 71 escolas de instrução primária, distribuídas por 42 localidades, e 2 cadeiras de ensino complementar, uma para cada sexo, na sede do concelho – 31 escolas masculinas, 30 femininas e 10 mistas cabendo à sede do concelho 5 escolas – 3 masculinas e 2 femininas<sup>21</sup>.

Assim:

- na década de 1850 foram criadas 4 escolas do sexo masculino no Barreiro, Mosteiro, Vilar e Mouraz;
- de 1860 a 1869 foram instituídas 12 escolas masculinas em Sabugosa, Santiago, Tondela, Dardavaz, Ferreirós, Tonda, Paranho,

---

<sup>18</sup> Jornal *Folha de Tondela*, n.º 6, de 25 de Março de 1906.

<sup>19</sup> Carlos Alberto Lunet, *ob. cit.*, pág. 19. Arquivo da Universidade de Coimbra, *Actas das Sessões* da Câmara Municipal de Tondela, Livro 17, de 7 de Outubro e 25 de Novembro de 1905.

<sup>20</sup> Jornal *Atalaia de Besteiros*, n.º 172, de 6 de Janeiro de 1892.

<sup>21</sup> António Manuel Matoso Martinho e Carlos Alberto Lunet, *ob. cit.*, pág. 40-42 e Carlos Alberto Lunet, *ob. cit.*, pág. 20.

Santa Eulália, Múceres, Caparrosa, Lobão, Lageosa, e três femininas em Tondela, S. Miguel do Outeiro e São João do Monte;

- de 1870 a 1879 foram fundadas escolas masculinas em Molelos, Castelões, Dornas, Nandufe, Parada de Gonta; escolas femininas em Lageosa, Molelos, Castelões, Sabugosa, Lageosa, e escolas mistas em Silvaes, Guardão e Arnosa;

- de 1880 a 1889 foram criadas escolas masculinas em Canas, Mosteirinho, Vila Nova da Rainha e Santa Ovaia de Baixo e escolas femininas em Paranho, Dardavaz, Nandufe, Vila Nova da Rainha e Ferreirós;

- de 1900 a 1910 instituíram-se escolas masculinas em Botulho, Muna, Ermida, Tondela, Sangemil; escolas femininas em Mouraz, Parada, Sangemil, Janardo, Vilar, Muna, Guardão, Múceres e Tondela, e escolas mistas em Tourigo, Muna, Alvarim, Póvoa de Rodrigo Alves, Ribeira, Várzea de Lobão e Fial<sup>22</sup>.

Para além do ensino público, ensinava-se, também, em casas e escolas particulares – no Barreiro, pelo Padre Inácio Ferreira Viegas; em Tondela, no Externato Tondelense, pelos professores José Lopes Coelho, José Gonçalves da Cruz e João Martins de Almeida<sup>23</sup> e, mais tarde, na casa da professora Maria da Encarnação Ramos, onde se ministrava não só o ensino primário como, em alguns casos, a preparação para a admissão aos liceus e ao magistério.

Devemos, ainda, salientar a preocupação manifestada na criação do ensino primário nocturno para adultos quer em Tondela, quer noutras freguesias do Concelho, como em Caparrosa.

No que respeita a instalações, somente 14 das escolas criadas, entre 1888 e 1910, tinham edifícios próprios, isto é, estavam em construção ou em projecto, para além da Escola Conde Ferreira, concluída em Março de 1869. As outras escolas estavam instaladas em casas ou salas arrendadas<sup>24</sup> e 2 em casas adaptadas às circunstâncias, o que foi, sem dúvida, um grande entrave para uma maior divulgação e implementação do ensino primário.

---

<sup>22</sup> Ver nota 21.

<sup>23</sup> Jornal *O Tondelense*, n.º 1, de 30 de Julho de 1893; n.º 2, de 6 de Agosto de 1893; n.º 12, de 15 de Outubro de 1893; n.º 22, de 24 de Dezembro de 1893 e n.º 39, de 22 de Abril de 1894.

<sup>24</sup> “Deliberou a Câmara mandar pagar a João Ferreira, de Mouraz, a renda da sua casa que serve de escola de ensino primário”, Arquivo da Universidade de Coimbra, Acta da Câmara de Tondela, de 14 de Dezembro de 1901, in *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela*, Livro 15, (1901-1903).



A 7 de Outubro de 1869 “requereu vocalmente o professor de ensino primário desta vila pedindo providências para o arranjo de casa em que possa dar aula, visto achar-se impedida aquela que anteriormente servia para aquele mister. A Câmara decidiu que por enquanto continuasse na casa do aquartelamento de tropas que tem até agora servido para aquele fim”<sup>25</sup>, para, em 5 de Novembro de 1892, a Câmara decidir “mandar concertar o compartimento contíguo à casa de aula do sexo feminino, a fim de receber um ou outro preso qualificado que queira pagar cem reis por dia, por ocupar o mesmo compartimento, quando tenha de cumprir sentença judicial” e “conceder à Junta de Freguesia de São Miguel de Outeiro a casa da cadeia daquela povoação para servir de casa de escola”<sup>26</sup>.

Também a 29 de Outubro de 1910 a Câmara Municipal “resolveu que se oficiasse a Miguel Correia, de S. Miguel de Outeiro, para que retire imediatamente a cavalaria que se encontra nos baixos da casa da escola do sexo feminino daquela freguesia, por a sua permanência naquele lugar prejudicar a higiene da escola”.

No Relatório de um vereador sobre o estado do ensino primário no Concelho, apresentado na mesma data, isto é, oito anos após a publicação do diploma de Hintze Ribeiro, de 19 de Setembro de 1902, que criou a Inspeção Sanitária Escolar e a Direcção Técnica das Construções Escolares, podia ler-se que “sob o ponto de vista da higiene, as condições desta última escola, feminina de Vilar, são deploráveis. Encontra-se instalada num prédio, verdadeiro foco de infecções, cercado de imundices por todos os lados, onde faleceram algumas pessoas tuberculosas sem que se procedesse à necessária desinfecção, falta de ar e de luz e, além disto, servindo ainda, fora das aulas, para uso do seu proprietário”<sup>27</sup>.

Muitos eram os problemas que dificultavam a efectivação do princípio da obrigatoriedade escolar, inscrito nas reformas de 1835, 1836 e que em 1844 aparecia acompanhado de sanções, visando a negligência familiar<sup>28</sup>. O Conselho Superior de Instrução Pública,

---

<sup>25</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra, *Actas das Sessões* da Câmara Municipal de Tondela, Livro 6, (1867-1872).

<sup>26</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra, *Actas das Sessões* da Câmara Municipal de Tondela, Livro 11, (1892-1897).

<sup>27</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra, *Actas das Sessões* da Câmara Municipal de Tondela, Livro 20, (1910-1911).

<sup>28</sup> *A Constituição Política da Nação Portuguesa* (1822) consagra à instrução pública os artigos 237.º, 238.º e 239.º. Também a *Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa* (1826) afirmava que “A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”. Quanto à obrigatoriedade, na Reforma de 1836 (Decreto de 15 de

denotando conhecimento desta e doutras situações, fazendo a sua denúncia e sugerindo soluções, no seu Relatório de 1849-1850 permitia aulas em horas compatíveis com o serviço agrícola e recomendava aos párocos que fizessem ver as vantagens da instrução.

Em Tondela, a 9 de Março de 1867 “o Exmo. Governador Civil expôs à Câmara que desejando se estabelecessem escolas nocturnas de instrução primária em todas as freguesias deste Concelho, onde há professores régios, regidas por estes, destinando-se para elas duas horas das seis que são obrigados a leccionar diariamente, tinha para esse efeito convocado os mesmos professores a fim de combinar com eles sobre a distribuição das horas de ensino e contando com o acordo dos mesmos professores convidava a Câmara a subsidiar, de acordo com as Juntas de Paróquia, as referidas escolas com a despesa necessária para a sua iluminação”.

A Câmara respondeu a Sua Ex.<sup>a</sup> que “compenetrada das grandes vantagens que auferem a instrução do estabelecimento das escolas nocturnas, já tinha resolvido, de acordo com o Sr. Administrador deste Concelho, prestar o auxílio indicado, tendo já mandado fazer alguns candeeiros, contando, por isso, que em poucos dias a maior parte das escolas já poderão funcionar”<sup>29</sup>. Por decisão camarária de 28 de Novembro de 1891, “estabeleceu-se o horário da quadra de inverno para a escola elementar e complementar desta vila pela forma seguinte: Curso elementar, de manhã, das 9 às 11; curso complementar, de tarde, da 1 às 3”<sup>30</sup>.

Em sessão de 3 de Fevereiro de 1906, deliberou a Câmara “apresentar ao Governo de Sua Majestade para fazer sustar a

---

Novembro de 1836), de Passos Manuel, que revogou a de Fonseca Magalhães (Decreto de 7 de Setembro de 1835), apenas o art. 33.º prescrevia “todos os pais de família têm rigorosa obrigação de facilitarem a seus filhos a Instrução das Escolas Primárias. As Municipalidades, os Párocos, os próprios Professores empregarão todos os meios prudentes de persuadir ao cumprimento desta obrigação os que nela forem descuidados”. Mais tarde, na legislação de Costa Cabral (Decreto de 20 de Setembro de 1844) a obrigatoriedade era consignada, envolvendo as crianças dos 7 aos 15 anos, residentes nas localidades onde existissem escolas “ou dentro de um quarto de légua em circunferência delas”, fixando multas, com excepções, para as famílias das crianças que não cumprissem: “Os que faltarem a este dever serão sucessivamente avisados, intimados e repreendidos pelo Administrador do Concelho, e ultimamente multados desde 500 a 1\$000 réis”. Também a legislação de D. António da Costa (Decreto de 16 de Maio de 1870) e a de Rodrigues Sampaio (Decreto de 2 de Maio de 1878) procuraram que o princípio da obrigatoriedade fosse cumprido, embora as medidas punitivas raramente fossem aplicadas.

<sup>29</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra, *Actas das Sessões* da Câmara Municipal, Livro 6, (1867-1872).

<sup>30</sup> *Jornal Atalaia de Besteiros*, n.º 165, de 10 de Dezembro de 1891.

execução das multas por transgressão das leis de instrução pública, visto que as casas onde se ministra o ensino não comportarem os alunos recenseados e ainda porque a maioria se não a totalidade dos transgressores estão impossibilitados de frequentar as escolas por falta de roupa e livros”<sup>31</sup>.

Em 2 de Julho de 1872, requereu “o Administrador do Concelho que constando-lhe que o digno deputado por este círculo, o Exmo. Francisco António da Silva Mendes, tinha cedido o seu subsídio como deputado em benefício dos dois concelhos – Tondela e Mortágua – para ser distribuído pelos pobres ou com aplicação idêntica, e estando neste Concelho, autorizado para a distribuição, o Exmo. Dr. Pina Cabral, e parecendo ao requerente que salvo o respeito devido ao oferente e repartidor, pode dar-se o caso de ter a ambos escapado a ideia de aplicar tal quantia às escolas de ensino primário, tão falhas de mobílias, livros para a infância, papel e mais objectos, visto como todos muito bem sabem é esmola de valia auxiliar e promover a instrução aos alunos indigentes, principalmente quando a Câmara pelos seus muitos encargos e as Juntas de Paróquia pelos seus poucos recursos, não podem satisfazer a estas despesas”<sup>32</sup>.

A partir de 1878-1881 instituíram-se as “comissões paroquiais de beneficência e ensino” e as “caixas económicas escolares” para ajuda pecuniária às crianças indigentes em idade escolar.

“Convocados por circular do subinspector deste círculo escolar, reuniram no dia 16 do corrente na sala das sessões da Camara Municipal, os párocos e professores deste concelho, a fim de se proceder à instalação das Comissões de Beneficência e Ensino, criadas pelo Regulamento de 15 de Setembro de 1902, e a forma por que deve regular-se o seu funcionamento (...). A esta reunião, a que compareceram quase todos os professores e párocos, presidiu o digno subinspector escolar, que num brilhante discurso expôs os fins da reunião e salientou quanto de proveitável resulta para o engrandecimento de Portugal, a instrução largamente difundida pelos homens de amanhã. Em seguida usaram da palavra os Srs. Padre Bernardo Correia de Campos, vigário de Lobão e José Henriques Pais de Faria, professor de Castelões que, na mesma ordem de ideias, frisaram quanto de proveitoso têm as Comissões de Beneficência e Ensino para a instrução, quando devidamente orientadas na persistência e fins que se propõem atingir. Em seguida procedeu-se à organização das Comissões de Beneficência”<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra, *Actas das Sessões* da Câmara Municipal de Tondela, Livro 17, (1905-1906).

<sup>32</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra, *Actas das Sessões* da Câmara Municipal Tondela, Livro 7, (1872-1876).

<sup>33</sup> Jornal *A Folha de Tondela*, n.º 1 de 18 de Fevereiro de 1906.

Dos professores, durante o período que estamos a analisar, foi elevado o número dos que exerceram a sua actividade no Concelho – 226 – e destes, cerca de 80%, isto é, 180, eram professores que tinham o seu provimento homologado pelo Governo.

Os professores primários distribuíam-se por várias categorias – os professores “monitores”, nomeados pela Câmara Municipal, que não possuíam qualquer habilitação específica para o ensino e que se limitavam a acompanhar o trabalho dos alunos mediante a orientação do professor principal; os professores “auxiliares”, igualmente nomeados pela Câmara, sem habilitação mas a quem era reconhecida capacidade para ensinar, ainda que superiormente orientados; os professores “interinos”, providos por concurso da Câmara, sem habilitação, mas com conhecimentos e idoneidade para a prática do ensino, nos lugares em que não havia opositor para o lugar. Hierárquica e profissionalmente acima destes encontramos os verdadeiros “profissionais do ensino”, que podiam ser de nomeação temporária, interina e definitiva ou vitalícia.

Do total de professores, cerca de 36% (81) eram do sexo feminino e de entre os do sexo masculino – 145 –, cerca de 30% (43) eram párocos de freguesias. Ainda que a sua situação económica não fosse das melhores, o que se verificava também a nível nacional, não deixaram de perspectivar uma imagem social privilegiada e respeitada junto das populações levando a que alguns dos professores da década de 90 tivessem vindo a suceder a seus pais como docentes, depois de terem sido alunos em escolas do Concelho na década de 70.

A análise dos documentos da época revela, ainda, que estes professores denotavam grande preocupação e interesse no debate de problemas pedagógicos, em especial no que se refere aos métodos de ensino. Como prova desta atitude podemos citar uma notícia publicada no jornal “O Tondelense”, de 6 de Agosto de 1893, em que era anunciado um “Novíssimo Método de Leitura” “coordenado pelo professor Tiago Pinto Vieira, professor do ensino primário da freguesia de Dardavaz (...) à venda nas lojas (...) em Tondela, que é um excelente método, baseado nos mais recentes processos pedagógicos, para as crianças irem aprendendo gradualmente, sem esforço nem enfado, a conhecer os caracteres alfabéticos e o seu valor fonético até poder formar grupos de letras ou sílabas, antes de começar a leitura” e concluía-se que da sua adopção nas escolas resultaria grande vantagem ao ensino<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Jornal *O Tondelense*, n.º 2, de 6 de Agosto de 1893.

Já a 2 de Novembro de 1878, em Tondela, “foi presente o professor da cadeira de ensino primário da freguesia de Tonda, António Bastos Cardoso Pinto, e disse que tendo conhecimento do muito interesse que esta vereação toma pelo desenvolvimento moral dos seus munícipes, empregando os meios ao seu alcance para o derramamento da luz vivificadora da instrução, único e seguro meio de se fazerem substituir as trevas da ignorância pelo céu límpido da civilização e que, tendo ele professor, ensaiado com a máxima vantagem o método de ensino de João de Deus, vinha apresentar à câmara o resultado dos seus esforços, sujeitando à apreciação de Suas Excelências a aluna Emília Eloy, de Tondela, de 14 anos de idade, que sendo completamente analfabeta e tendo apenas 19 lições da *Cartilha Maternal*, que não equivalem a 19 horas de estudo profícuo, afirma a verdade da exposição que acaba de fazer; dito isto pedia licença à Câmara para fazer passar por provas a mencionada aluna.

A Câmara procedendo ao exame, vendo que a examinada leu com bastante consciência o hino de amor da *Cartilha Maternal* e reconhecendo a incontestável vantagem do método que se manifesta na rapidez e admirável progresso da aluna, deliberou consignar aqui um voto de louvor ao professor”<sup>35</sup>.

Também na Câmara dos Deputados, a 7 de Maio de 1879, José Joaquim Rodrigues de Freitas afirmava que: “Como livro para aprender a ler, é opinião de pessoas autorizadas que merece a geral aceitação que vai tendo, o de João de Deus. Quão grande economia não representa esse sistema devido a um homem de superior merecimento”. Recomendava o mesmo deputado, a 9 de Maio de 1879, “que haja uma verba especial de 6000\$000 para a introdução do método de João de Deus nas escolas primárias (...), que se assegurem prémios aos autores de compêndios”<sup>36</sup>.

Começa, assim, a desenvolver-se a preocupação em discutir e ouvir os professores sobre os problemas mais importantes de índole pedagógica, reconhecendo a importância da função do professor e da escola primária, como base de todo o edifício social.

Em sessão de 25 de Novembro de 1905, pelo “Presidente foi dito que o subinspector do círculo escolar de Tondela lhe havia oficiado manifestando-lhe o intuito de fazer abrir uma exposição pedagógica dos trabalhos das crianças das escolas oficiais do mesmo círculo,

---

<sup>35</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela*, livro 8, (1876-1881).

<sup>36</sup> Joaquim Ferreira Gomes, *A educação infantil em Portugal*, INIC, Lisboa, 1986, págs. 24 e 188.

esperando que esta Câmara lhe preste todo o concurso e que crie um prémio para o melhor trabalho apresentado (...). Disse ainda o Presidente que este simpático e humanitário empreendimento se impõe pelos seus benéficos resultados e que por isso é opinião sua que esta Câmara preste todo o possível auxílio; (...) e que se criem seis prémios sendo três par o sexo masculino e três para o sexo feminino, dois da quantia de 5000 réis cada um, dois de 3000 réis e dois de 2000 réis (...). A pedido da Comissão organizadora da exposição pedagógica que vai realizar-se em Tondela, deliberou a Câmara pôr à disposição da mesma Comissão, desde 8 a 15 de Abril próximo futuro, o salão nobre dos Paços do Concelho e a sala contígua a fim de ali se instalar a referida exposição”<sup>37</sup>.

A Imprensa local destacou, igualmente, o significado desta iniciativa escrevendo: “Devido à iniciativa do distinto inspector deste círculo Dr. José Emídio Soares da Costa Cabral, deve realizar-se nas próximas férias da Páscoa, uma exposição da classe do professorado, de forma que, ao mesmo tempo que os professores deste círculo apresentam a prova da sua capacidade e boa vontade na instrução que lhes está distribuída, possam provar com segurança o aproveitamento dos seus alunos (...). Foi apresentado um trabalho de grande valor pelo Sr. Padre Francisco Pereira Borges, professor de S. Joaninho, concelho de St.<sup>a</sup> Comba Dão, em que ataca vivamente e com conhecimento de causa a reforma do Sr. Abel Andrade, ao mesmo tempo que faz justiça ao que nela existe de aproveitável. Oficiaram também (...) participando a apresentação de trabalhos na exposição (...) os professores de Nandufe, deste concelho, Sr. Virgílio Almiro David e D. Maria Máxima Pereira do Vale”<sup>38</sup>.

Por seu lado “a Companhia de Caminhos de Ferro, autorizada pelo Governo, concedeu a redução de 40% no preço dos bilhetes de ida e volta, de todas as estações do ramal de Viseu para Tondela (...) a favor dos professores e crianças que os acompanhem e se destinem à Exposição Pedagógica deste círculo escolar, sendo esta concessão extensiva ao público que deseja visitar a referida exposição”<sup>39</sup>.

Na exposição figuraram aproximadamente 3000 objectos realizados pelos alunos das escolas primárias e que contou, no acto de abertura, com a presença do Ex.<sup>mo</sup> Senhor Conselheiro Abel de Andrade, Director Geral de Instrução Pública e Inspector da 2.<sup>a</sup>

---

<sup>37</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela*, Livro 17, (1905-1906).

<sup>38</sup> *Jornal A Folha de Tondela*, n.º 1, de 18 de Fevereiro de 1906.

<sup>39</sup> Ver nota 38.

Circunscrição Escolar, foi organizada em várias secções temáticas, a saber: Secção 1.<sup>a</sup> - Caligrafia e Desenhos; Secção 2.<sup>a</sup> - Desenhos e Construções, em Ponto Pequeno, de Instrumentos Agrícolas e Industriais, Máquinas e Material Escolar; Secção 3.<sup>a</sup> - Herbários e Colecções de Insectos e Outros Animais; Secção 4.<sup>a</sup> - Sólidos Geométricos, Pesos, Medidas em Cartão ou Madeira; Secção 5.<sup>a</sup> - Meia, Crochet, Marca, Malha e Renda; Secção 6.<sup>a</sup> - Corte e Trabalhos Domésticos; Secção 7.<sup>a</sup> - Trabalhos Diversos<sup>40</sup>.

Ainda, como nota do interesse suscitado pelos assuntos relacionados com o ensino, nomeadamente entre 1905 e 1910, salientava-se então, na Imprensa local, que fora nomeado “membro da Comissão Executiva do Congresso Pedagógico, para Coimbra, nos dias 3, 4, 5, 6 e 7 de Julho, o subinspector deste círculo escolar, Sr. Dr. José Emídio Soares da Costa Cabral”. Para representar o professorado deste concelho foi eleito pela assembleia dos professores (...) o Sr. Padre Manuel Fernandes Coimbra, que tem capacidade para honrosamente representar os seus colegas deste concelho”<sup>41</sup>.

Os professores do círculo escolar de Tondela – Santos Lima, Padre Manuel Fernandes Coimbra, Pereira Borges, Rodrigues de Almeida, Costa Monteiro e Henriques dos Santos – apresentaram variadíssimos trabalhos ao Congresso sobre habilitação e selecção de professores, secretarias das subinspecções, aposentação e assistência aos professores no caso de doença, métodos e programas, alterações na legislação escolar primária, caixas escolares e comissões de beneficência.

De referir, ainda, que à reunião, de 30 de Janeiro de 1909, da Câmara Municipal, “foi presente um requerimento de Virgílio Almiro David, professor de Nandufe, engrandecendo a vantagem para o país do desenvolvimento e protecção à arboricultura e declarando que deseja desenvolver nos alunos das escolas da sua freguesia e ainda nos adultos da mesma, o maior amor e protecção às árvores, por isso resolvera iniciar a Festa da Árvore e do modo mais útil e prático, arborizando por completo as orlas das estradas municipais dos subúrbios da sua freguesia, onde estas confinam com terrenos públicos e fornecendo à sua custa as árvores e pedindo ao mesmo tempo que de futuro lhe seja concedida a importância das mesmas árvores em benefício da Caixa Económica Escolar Nandufense”<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Jornal *A Folha de Tondela*, n.<sup>os</sup> 12 e 14, de 6 e 20 de Maio de 1906.

<sup>41</sup> Ver nota 38.

<sup>42</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra, *Acta das Sessões* da Câmara Municipal de Tondela, Livro 18 (1906-1909).

No que respeita à frequência escolar dos alunos, nas escolas primárias do Concelho, não dispomos de elementos suficientes para a sua caracterização. No entanto, algumas referências, em actas da Câmara Municipal, ao pagamento de gratificações a professores em virtude do número de alunos que frequentavam as escolas, aos pedidos e aos provimentos de professores auxiliares e monitores, às solicitações para a criação de novas escolas e às observações sobre os recenseamentos escolares, a que se juntam os mapas de frequência dos alunos nos anos lectivos de 1864-1865 e de 1871-72 a 1876-1877, permitem afirmar que a frequência escolar deveria ser elevada<sup>43</sup>.

Anos Lectivos	Alunos					
	Mascullinos		Femininos		Total	
	Matr.	Freq.	Matr.	Freq.	Matr.	Freq.
1864-1865		528		62	0	590
1871-1872	859	854	84	84	943	938
1873-1874	933	913	135	133	1068	1046
1874-1875	1116	1115	226	226	1342	1341
1875-1876	1156	767	274	150	1430	917
1876-1877	1228	722	392	250	1620	972

Quadro da Frequência escolar

No entanto, as más condições em que se processava o ensino, a distância a que por vezes os alunos se encontravam da escola, as carências económicas de muitas famílias e a consequente necessidade de as crianças contribuírem com o seu trabalho para as tarefas agrícolas, retiravam muitas crianças e jovens da escola contribuindo, assim, para a sua falta de aproveitamento escolar.

<sup>43</sup> Na Acta da Sessão de Câmara de 13 de Janeiro de 1906 foi referido pelo Presidente da Câmara que “pelo recenseamento escolar da freguesia de Lobão, se verifica existirem actualmente recenseadas na idade escolar 124 crianças do sexo masculino, daquela freguesia, cujas povoações estão todas dentro da área de 2 kms. de forma a poderem frequentar a escola primária. Que é certo que naquela freguesia existe só uma escola do sexo masculino, cuja casa que é arrendada, não pode comportar uma frequência superior a metade das crianças recenseadas, pelo que fica sem instrução a outra metade. Que entende por isso se deve promover a criação de outra escola para o sexo masculino, parecendo-lhe que o ponto mais próprio para a sua sede deverá ser a povoação de Várzea, uma das mais populosas da freguesia”; Arquivo da Universidade de Coimbra, *Actas das Sessões* da Câmara Municipal de Tondela, Livro 17 (1905-1906).



Esta situação é bem patente no Quadro apresentado, no “registo de exames do curso elementar de instrução primária (1882-1894)”, período de 12 anos em que fizeram exames 314 alunos de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 8 e os 18 anos (média de 26 alunos/ano), provenientes de 27 escolas (média inferior a 1 aluno/ano/escola) e no Mapa dos “alunos propostos para exame de instrução primária elementar (1885-1891)”, num total de 209 alunos de ambos os sexos, em 6 anos (média de 35 alunos/ano), propostos por 34 professores (média de 1 aluno/ano/professor). A análise dos dados mostra-nos, ainda, que o maior número de alunos a prestarem provas de exame se situava entre os 11 e os 12 anos de idade, em ambos os sexos, embora surjam alunos com 8 e 9 anos de idade a realizarem exames do curso elementar.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **FONTES**

#### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

Ministério do Reino. Assentamento e nomeações de professores de instrução primária e secundária feito por comarcas e provedorias (1774-1833); Livros n.º 40 (Comarca de Viseu) e 61 (Provedoria de Viseu).

#### **Arquivo da Universidade de Coimbra**

- Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de S. João do Monte (1844).
- Livro 5 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1854-1866).
- Livro 6 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1867-1872).
- Livro 7 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1872-1876).
- Livro 8 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1876-1881).
- Livro 10 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1881-1892).
- Livro 11 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1892-1897).
- Livro 15 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1901-1903).
- Livro 16 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1903-1904).
- Livro 17 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1905-1906).
- Livro 18 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1906-1909).
- Livro 20 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1910-1911).
- Livro de Actas das Sessões da Comissão Inspector de Exames de Instrução Primária (1885-1894).
- Livro Copiador de Correspondência do Governo Civil de Viseu (1884-1891).
- Livro das Faltas dos Professores.
- Livro do Registo dos Exames do Curso Elementar de Instrução Primária (1892-1894).

- Livro do Registo de Receitas e Despesas do Fundo de Instrução Primária (1899-1908).
- Livro de Termos de Autos de Posse e Juramento de Professores (1861-1871).
- Livro de Termos de Autos de Posse e Juramento de Professores (1871-1877).
- Livro de Termos de Autos de Posse e Juramento de Professores (1877-1881).
- Livro de Termos de Autos de Posse e Juramento de Professores (1892-1902).
- Livro de Termos de Autos de Posse e Juramento de Professores (1902).
- Mapas do Movimento dos Alunos da Escola Nocturna da Freguesia da Caparrosa (1874-1875).
- Mapas Numéricos dos Alunos que frequentaram o Ensino Primário nas Freguesias do Barreiro, Lageosa, Lobão, Mouraz, Santiago e S. João do Monte (1873-1875).
- Pauta dos Alunos Propostos a Exame do 1.º Grau (1894).

#### **Arquivo Distrital de Viseu**

- Legislação da Instrução Primária, Lisboa, Imprensa Nacional,
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Viseu, na sessão ordinária de 1865, pelo Governador Civil do mesmo districto, Francisco Gomes d'Almeida Branquinho, Viseu, Imprensa do Governo Civil, 1865.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Viseu, na sessão ordinária de 1866, pelo Secretário Geral servindo de Governador Civil do mesmo districto, José de Beires, Viseu, Imprensa do Governo Civil, 1866.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Viseu, na sessão ordinária de 1875, pelo Governador Civil Visconde do Serrado, Viseu, Imprensa do Governo Civil, 1875.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Viseu, na sessão ordinária de 1876, pelo Governador Civil Visconde do Serrado, Viseu, Imprensa do Governo Civil, 1876.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Viseu, na sessão ordinária de 1877, pelo Secretário Geral, servindo de Governador Civil, Frederico d' Abreu e Gouvea, Viseu, Imprensa do Governo Civil, 1877.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Viseu, na sessão de Maio de 1879, pela Comissão Districtal Executiva, Viseu, Imprensa do Governo Civil, 1879; seguido dum Relatório do Conselho de Agricultura e do Extracto das deliberações da Junta tomadas nas sessões de Agosto e Novembro de 1878 e Maio de 1879.
- Relatórios apresentados à Junta Geral do Districto de Viseu, nas sessões de Maio e Novembro de 1880, pela Comissão Districtal Executiva, Viseu, Imprensa do Governo Civil, 1880.
- Relatórios apresentados à Junta Geral do Districto de Viseu, nas sessões de Maio e Novembro de 1881, pela Comissão Districtal Executiva, Viseu, Imprensa do Governo Civil, 1882.
- Relatórios apresentados à Junta Geral do Districto de Viseu, nas sessões ordinárias de Maio e Novembro de 1882, pela Comissão Districtal Executiva, Viseu, Imprensa do Governo Civil, 1883.
- Relatórios apresentados à Junta Geral do Districto de Viseu, nas sessões ordinárias de Maio e Novembro de 1883, pela Comissão Districtal Executiva, Viseu, Imprensa do Governo Civil, 1884.

- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Viseu, na sessão de Maio de 1884, pela Comissão Districtal Executiva, Viseu, Typographia do Governo Civil, 1884.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Viseu, na sessão ordinária de Novembro de 1884, pela Comissão Districtal Executiva, Viseu, Imprensa do Governo Civil, 1884.
- Relatórios apresentados à Junta Geral do Districto de Viseu, nas sessões ordinárias de Maio e Novembro de 1885, pela Comissão Districtal Executiva, Viseu, Imprensa do Governo Civil, 1885.
- Relatórios apresentados à Junta Geral do Districto de Viseu, no anno de 1887, pela Comissão Districtal sua delegada, Viseu, Imprensa do Governo Civil, 1887.
- Relatórios apresentados à Junta Geral do Districto de Viseu, nas sessões celebradas no anno de 1888, pela Comissão Distrital sua delegada, Viseu, Imprensa do Governo Civil, 1889.
- Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Viseu, nas sessões ordinárias de Abril e Novembro de 1889, pela Comissão Districtal Executiva, Viseu, Imprensa do Governo Civil, 1890.
- Relatórios apresentados à Junta Geral do Districto de Viseu, nas sessões ordinárias de Abril e Novembro de 1891, pela Comissão Distrital Executiva, Viseu, Imprensa do Governo Civil, 1891.
- Relatório apresentado ao Ministro do Reino pelo Inspector da 6.<sup>a</sup> circunscrição escolar do Distrito de Viseu (1881-1882)

#### **Biblioteca Tomás Ribeiro – Tondela**

- Jornal “Atalaia de Besteiros”: n.º 157, de 12-11-1891; n.º 165, de 10-12-1891; n.º 169, de 21-12-1891; n.º 172, de 6-1-1892; n.º 178, de 28-1-1892; n.º 179, de 31-1-1892; n.º 194, de 27-3-1892; n.º 260, de 11-12-1892; n.º 288, de 7-5-1893.
- Jornal “O Tondelense”: n.º 1, de 30-7-1893; n.º 2, de 6-8-1893; n.º 12, de 15-10-1893; n.º 18, de 26-11-1893; n.º 22, de 24-12-1893; n.º 25, de 14-1-1894; n.º 26, de 21-1-1894; n.º 34, de 18-3-1894; n.º 35, de 25-3-1894; n.º 39, de 22-4-1894.
- Jornal “A Folha de Tondela”: n.º 1, de 18-2-1906 ao n.º 85 de 6-10-1907; n.º 95, de 15-12-1907; n.º 96, de 22-12-1907; n.º 173, de 17-6-1945; n.º 1084, de 2-9-1945; n.º 1086, de 16-9-1945; n.º 1087, de 23-9-1945; n.º 1089, de 7-10-1945; n.º 1090, de 14-10-1945; n.º 1107, de 10-2-1946; n.º 1112, de 17-3-1946; n.º 1114, de 31-3-1946; n.º 1120, de 19-5-1946;

#### **Obras Consultadas**

- AUREA, Adão, *Estado absoluto e ensino das primeiras letras – As escolas régias (1772-1794)*, Fundação C. Gulbenkian, Lisboa, 1997.
- ALBUQUERQUE, Luís, *Notas para a História do ensino em Portugal Coimbra, 1960*.
- ARAGÃO, Maximiano de, *Viseu, Apontamentos Históricos*, Viseu, 1894.
- AZEVEDO, Rafael Ávila de, *Tradição Educativa e renovação pedagógica - Subsídios para a História da Pedagogia em Portugal - século XIX*, Porto 1972.
- CARVALHO, Amadeu Ferraz de, *A Terra de Besteiros e o actual Concelho de Tondela – Esboço histórico e toponímico*, Ed. Câ. Mun. Tondela, Tondela, 1981.
- CARVALHO, Rómulo de, *História do ensino em Portugal*, Ed. Fundação C. Gulbenkian, Lisboa, 1986.

- CASTILHO, Júlio, *Memórias de Castilho*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926-1933.
- FERNANDES, Rogério, *Os caminhos do ABC - Sociedade Portuguesa e ensino das primeiras letras*, Porto Editora, Porto, 1994.
- FERREIRA, Alberto, (coord.), *Antologia de textos pedagógicos do século XIX*, vol. I, Fundação C. Gulbenkian, 1971.
- FERREIRA, Teófilo, *O Ministério da Instrução Pública e a centralização do ensino primário oficial*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1890.
- GOMES, Joaquim Ferreira.
- *Estudos para a História da Educação no século XIX*, Livraria Almedina, Coimbra, 1980.
  - *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*, Livraria Almedina, 1982.
  - *Novos estudos de História e de Pedagogia*, Liv. Almedina, Coimbra, 1986.
  - *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública, (1844-1859)*. INIC, Lisboa, 1986.
  - *Estudos de História e de Pedagogia*, Livraria Almedina, Coimbra, 1986.
  - *Novos estudos de História da Educação*, Quarteto Editora, Coimbra, 2001.
- LUNET, Carlos Figueiredo, “O ensino primário no concelho de Tondela (1850-1910)”, in *Revista Etc. – Educação e Cultura*, Escola Secundária de Tondela, n.º5, Dezembro, 2000.
- MACEDO, António Costa Sousa, *Auroras da instrução pela iniciativa particular*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1885.
- MACHADO, J. Montalvão, *No II Centenário da Instrução Primária (1872-1972)*, Ministério da Educação Nacional, Lisboa, 1972.
- MARTINHO, António Manuel Matoso, e LUNET, Carlos Figueiredo, “O ensino Primário no Concelho de Tondela (1850-1910)”, in *Revista Educação e Tecnologia*, vol.XIX, Instituto Politécnico da Guarda, Guarda, 1997.
- MATTOSO, José, (coord.), *História de Portugal – O Liberalismo*, vol. V, Ed. Estampa, Lisboa, 1993.
- MIRANDA, Jorge, *Textos históricos de Direito Constitucional*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1980.
- NÓVOA, António, *Le temps des professeurs*, vol. I, INIC, Lisboa, 1987.
- Reformas do Ensino em Portugal – (1835-1869)*, Tomo I, vol. I, Ministério da Educação, Lisboa, 1989.
- Reformas do Ensino em Portugal – (1870-1889)*, Tomo I, vol. II, Ministério da Educação, Lisboa, 1992.
- ROCHA, Filipe, *Fins e objectivos do sistema escolar português – Período de 1820 a 1926*, Ed. Paisagem, Aveiro, 1984.
- SAMPAIO, Salvado, “Escolas móveis – Contribuição monográfica”, in *Boletim Bibliográfico e Informativo*, n.º 9, Centro de Investigação Pedagógica, Fundação C. Gulbenkian, Lisboa, 1969.
- SERRÃO, Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VI, Ed. Verbo, 2.ª ed., Lisboa, 1982.
- Sinopse ou Índices Cronológico e Alfabético da legislação relativa à Instrução Pública*, Coimbra, 1948.
- TORGAL, Luís Reis e Vargues, Isabel Nobre, *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Paisagem Editora, Porto, 1984.